



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faculdade de Formação de Professores

Departamento de Educação

Luciana Rodrigues de Araujo

**DESAFIOS E DIFICULDADES DOS JOVENS DAS CLASSES POPULARES
NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO**

São Gonçalo
2012

Luciana Rodrigues de Araujo

**DESAFIOS E DIFICULDADES DOS JOVENS DAS CLASSES POPULARES NO
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mônica Peregrino

São Gonçalo
2012

Luciana Rodrigues de Araujo

**DESAFIOS E DIFICULDADES DOS JOVENS DAS CLASSES POPULARES NO
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em: _____

Banca examinadora: _____

Prof^a Dr^a Mônica Peregrino (Orientadora)

Prof^a Dr^a Eveline Algebaile

São Gonçalo

2012

DEDICATÓRIA

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me proporcionado esta vitória.

A memória da minha querida mãe que não teve a oportunidade de viver este momento.

E principalmente ao meu pai pelos valores recebidos que fazem diferença em todas as áreas da minha vida.

Também quero agradecer aos meus irmãos e familiares que sempre acreditaram e torceram por mim.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Mônica Peregrino pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material, durante a produção do meu trabalho.

A minha amiga Viviane Campos Monteiro que convivemos, compartilhamos muitos momentos alegres, mas também difíceis na graduação e a todos que de uma forma ou de outra possibilitaram a conclusão desta monografia.

Em um país desigual como este, uma instituição como a escola, que só é considerada legítima quando distribui de maneira desigual o capital simbólico que detém, não se expande, e em particular não se expande ao acesso e ao tempo de permanência aos pobres – e em especial aos jovens pobres – sem modificar profundamente.

(Mônica Peregrino, 2006)

RESUMO

ARAÚJO, Luciana Rodrigues de. Desafios e dificuldades dos jovens das classes populares no ensino superior público. 2012. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho tem como foco principal analisar e discutir o processo educacional francês, assim, como o processo educacional brasileiro, como vêm repercutindo durante os anos as políticas educacionais. Os jovens pertencentes às classes populares não possuem as mesmas oportunidades de ensino em relação aos oriundos das classes mais altas.

O objetivo desse trabalho é compreender a partir de uma pesquisa bibliográfica, como os estabelecimentos escolares têm determinado influência sobre os interesses de classe, fazendo com que no decorrer da história sempre prevalecesse um modelo que atendesse ao interesse das classes dominantes. Os dados aqui apresentados nos permitem afirmar que democratizar o ensino não é somente garantir o ingresso na universidade, com qualidade e equidade, além disto, é necessário também garantir condições de permanência na vida acadêmica universitária aos indivíduos de pouco poder aquisitivo. Porém, a reforma universitária atual não tem contemplado as reivindicações dos estudantes oriundos das classes populares.

Palavras-chave: Desigualdade, Ensino, Classes populares.

ABSTRACT

This work focuses primarily on analyzing and discussing the French educational process, as well as the Brazilian educational process, as they have during the year reflecting the educational policies. Young people belonging to lower social classes do not have the same equal opportunities to education as those originating from the upper classes.

The aim of this study is to understand from a literature search / documents, as schools have certain influence on the interests of class, so that throughout history has always prevailed a model that met the interests of the ruling class. The data presented here allow us to assert that democratic education is not only guarantee entry into the university, quality and equity, besides, it is also necessary to ensure conditions of stay in the university academic life for individuals with little purchasing power. However, the current university reform Current has not studied the demands of students from the popular classes.

Keywords: inequality, education, popular classes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 EXPANSÃO ESCOLAR E DESIGUALDADE NA FRANÇA.....	12
1.1 Uma análise da educação francesa na visão de Dubet.....	15
1.2 Desigualdades sociais no processo educacional brasileiro.....	17
1.3 A expansão escolar da década de 1990 no Brasil.....	18
2 MUDANÇAS QUE OCORRERAM NO ENSINO SUPERIOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1980.....	23
2.1 A expansão do ensino superior no Brasil e suas implicações.....	26
2.2 O ensino superior no Brasil não tem se estruturado de maneira democrática.....	30
3 UMA REFLEXÃO DOS LIMITES AO ACESSO E A PERMANÊNCIADOS JOVENS DAS CLASSES POPULARES NO ENSINO SUPERIOR.....	34
3.1 As dificuldades que os estudantes de classes populares encontram ao ingressarem na graduação.....	37
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

A partir de uma aula da disciplina de Pesquisa III, em que a docente mencionou que deveríamos escolher um tema para construção da monografia, e que este teria que ser um assunto no qual nos identificasse. Terminando a aula e indo embora, comecei a pensar em várias situações de âmbito pessoal. Ao longo da disciplina veio o amadurecimento e a idéia de escolher e descrever sobre jovens das classes populares no ensino superior. A respeito do qual, observo minha trajetória- estudo durante o dia e trabalho a noite. Na minha trajetória de vida, perdendo minha mãe muito cedo e assumindo responsabilidades cuidando dos meus irmãos, deixando, assim, os estudos por um período de dez anos. Conforme os anos se passaram, e almejando retornar a sala de aula, iniciando num pré-vestibular por dois anos, tendo a oportunidade do ingresso na UERJ-aqui estou.

Quando comecei os estudos na faculdade, a felicidade era tamanha, mas á medida que vinham outros períodos sentia dificuldades, pois trabalhava com uma carga horária extensa, inclusive nos finais de semana, não tendo tempo suficiente para estudar, nem fazer os trabalhos solicitados. Muitas vezes estudando durante a madrugada, dormindo tarde e acordando bem cedo. Pensando em desistir, vinha o vigor e uma determinação, teria que terminar, pois nunca deveria deixar nada pela metade, sendo sempre responsável e estudiosa.

A partir dessa experiência, houve a decisão de pesquisar a respeito do referido tema. Em que o presente estudo tem como enfoque principal compreender os desafios e as dificuldades que os jovens das classes populares enfrentam enquanto cursam o ensino superior público. A educação no Brasil é distribuída de maneira desigual, os alunos oriundos de família pobre não recebem uma educação de qualidade, e se sentem excluídos da escola.

Demonstro neste trabalho, a partir de um aprofundamento teórico, como as instituições de ensino, principalmente de nível superior tem se estruturado e se comportado através de políticas públicas estabelecidas pelos órgãos governamentais com descaso e omissão aos alunos pertencentes às classes populares. Este descaso com a população de baixa renda vem se perpetuando desde o inicio da colonização, quando o ensino superior se estabeleceu de modo formal nas instituições.

Para refletir sobre a expansão escolar e as desigualdades sociais, realizei este trabalho em três capítulos:

O primeiro capítulo reflete sobre a expansão escolar e as desigualdades que se estabelecem nas instituições de ensino tanto na França como no Brasil sobre as famílias de pouco poder aquisitivo, causando marcas profundas na vida destes alunos, que acabando por sentir - se fracassados, pensam que não terão um futuro de êxito. No segundo capítulo trata se de uma reflexão sobre as mudanças e expansão ocorridas no ensino superior principalmente a partir da década de 1980, apesar de ter acontecido muitas modificações no campo da educação superior, o mesmo ainda não tem se estruturado de maneira democrática. O terceiro capítulo demonstra os limites ao acesso e a permanência dos jovens das classes populares no ensino superior brasileiro.

Enfim, nas considerações finais, reforço a necessidade de rever o processo educacional brasileiro e as políticas públicas estabelecidas principalmente na educação, para que as mesmas contemplem os jovens de baixa renda, favorecendo a estes estudantes, os mesmos direitos das elites.

CAPÍTULO 1: Expansão escolar e desigualdade na França

Segundo o autor Pierre Bourdieu (1997), ocorreram na França especialmente a partir da década de 1980 com a expansão e universalização da escolaridade média algumas transformações que mudaram o sistema de ensino, foram expandindo o acesso escolar para pequenos comerciantes, artesãos, e agricultores. Como também a obrigatoriedade escolar até os 16 anos. Devido esta exigência as pessoas poderiam ter acesso ao curso secundário. Com o alargamento educacional houve a necessidade de aumento nos investimentos educativos. Nos subúrbios surgiram muitas escolas precárias para atender a demanda de alunos aculturados.

O autor fala da diversificação do “mal estar escolar”, nas escolas parisienses os alunos passam por dificuldades e ansiedades muito diferentes dos alunos de escolas técnicas das periferias dos grandes conjuntos habitacionais. Os alunos das classes mais elevadas estudavam em colégios escolhidos pelos seus pais, para que seus filhos tivessem as mesmas oportunidades de seus familiares.

No final da década de 50 na França, as instituições escolares viveram uma grande estabilidade, eliminando brutalmente os meninos das famílias culturalmente desfavorecidas. Essa seleção era feita de acordo com a posição social. A escola acabava “convencendo” os alunos, de maneira sutil, que eles não faziam parte daquele ambiente, assim sendo, os estudantes se sentiam incapazes de superar suas dificuldades de aprendizagem e desistiam de estudar. Os estabelecimentos escolares faziam com que os educandos não se sentissem no direito de ocupar os espaços escolares.

A hierarquia de ensino mantinha uma relação com a hierarquia social, e através desta relação eles convenciam as pessoas que elas não eram feitas para ocupar o espaço escolar. Ao invés da escola diminuir as desigualdades, ela acabava reforçando as discriminações e as marginalizações que os indivíduos pertencentes às camadas populares vinham sofrendo.

O fracasso escolar não pode mais ser atribuído às deficiências pessoais, ou seja, aos excluídos. Se há dificuldades precisamos fazer uma autoavaliação nos setores administrativos, porque as ordens partem das autoridades governamentais, sendo preciso parar de colocar a responsabilidade nos menos favorecidos economicamente.

Não é possível garantir o acesso aos filhos das classes mais pobres aos vários graus do sistema escolar, sem modificar profundamente o valor econômico e simbólico dos diplomas. Os estudantes das famílias desfavorecidas têm a probabilidade de conseguir, no final de um curso escolar, muitas vezes “paga” com bastante sacrifício, receber um diploma desvalorizado. Um dos resultados disso é que, na aparência, os alunos das classes populares tiveram todas as oportunidades educacionais possíveis.

Os estabelecimentos escolares definem cada vez mais, a identidade social dos educandos, e nem todos têm os mesmos direitos. A instituição escolar é vista tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, como um engodo e fonte de uma imensa decepção coletiva.

A diversificação da rede de ensino, associada a procedimento de orientação e seleção, instaura, na França, práticas de exclusão brandas, imperceptíveis, tanto por parte de quem as exerce, como daqueles que são vítimas. Essa eliminação é feita de maneira suave. A escola exclui de forma continuada, em todos os âmbitos. Na fala de três alunas que chegaram ao Liceu Verlaine situado na França, elas percebem, de forma clara, a hierarquização da escola. Ainda afirmam que os alunos que não tem um bom desempenho escolar são desprezados. Elas disseram que ficaram chocadas com a violência que o mundo escolar exerce sobre os estudantes menos preparados para cumprir as exigências da escola (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 1989). Partindo dessa realidade podemos perceber as desilusões e decepções que as alunas viveram nesta instituição, todos os seus sonhos foram destruídos devido à grande exigência do estabelecimento escolar.

¹As três estudantes ainda dizem que o Liceu estabelece seleção, porque os educandos inseridos nas boas classes são transferidos juntos para a classe superior. Os alunos da segunda classe são separados de forma hierarquizados. Elas ainda conseguem perceber que os “melhores” alunos estão no curso científico.

Em uma escola do subúrbio de Paris outra estudante diz que não há comunicação neste estabelecimento, Apenas os alunos que estão no científico são ouvidos. Outro aluno que chegou ao Liceu com nove anos não conseguiu acompanhar as atividades, ele sofreu um grande choque, se sentiu desprezado pelos colegas, pais e professores. Ele ainda afirmou que

¹ A fala das três estudantes foi retirada do livro do autor Pierre Bourdieu; com contribuição de A.Accardo...l et.al. A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (pág.515/521)

toda vez que entrava no colégio tremia, devido o desprezo na sala de aula, foram três anos de sofrimento e fracasso nesse estabelecimento. O estudante não conseguiu corresponder às exigências do colégio, acabou sendo expulso, se sentiu humilhado, fracassado. Ele disse que a escola lhe recusou conhecimento. Os professores lhe causam sofrimento, ódio e medo. Tanto os diretores como os professores não são muito solícitos com os educandos oriundos das classes populares.

Quando um ser humano passa por toda essa pressão e ainda escuta do corpo docente que certamente não terá um futuro de êxito, é difícil acreditar que somos capazes de superar esses obstáculos e termos uma vida de sucesso, temos a impressão que nosso destino já estar determinado e não tem mais saída, seremos infelizes para sempre.

O Liceu tem o perfil de uma escola de elite. Os alunos de famílias ricas receberam investimentos financeiros, simbólicos, culturais, sociais, etc, tiveram os exemplos de seus pais, receberam conselhos em momentos de incertezas, para estarem na escola certa e no tempo apropriado. Os alunos oriundos de famílias pobres, na maioria das vezes não são orientados pelos seus pais, e entregam suas escolhas à instituição escolar, passam por muitas dificuldades.

Segundo Pierre Bourdieu (1997), as instituições escolares funcionam de maneira brutal e, além disso, são responsáveis pelos fracassos e decepções dos alunos. O autor faz uma comparação entre a escola e a família. Quando uma autoridade familiar faz divisão de uma herança, ou seja, ele acaba estabelecendo uma sentença para o indivíduo que será beneficiado com parte da herança. Mesmo que a pessoa que foi contemplada com a herança ache que essa divisão não foi justa, ele não poderá reivindicar porque existe uma autoridade maior.

A escola também impõe seus juízos, contribuindo para construção da identidade humana. Aqueles que não alcançam o alvo imposto pela família ou pela instituição escolar são classificados como fracassados. Ainda perseguindo os argumentos de Bourdieu, é possível afirmar que na França os imigrantes e seus filhos vivem de modo desigual em relação ao restante da população (não migrante), eles habitam em bairros periféricos, a remuneração salarial é baixa. Os filhos dos imigrantes se sentem totalmente excluídos tanto economicamente, como socialmente. Ao passar do tempo perdem suas características culturais.

1.1 Uma análise da educação francesa na visão de Françoise Dubet

Seguindo agora outro autor, Dubet (2000), que trata das questões que envolvem a juventude na França da atualidade, os jovens são mais atingidos pelo desemprego do que os adultos, eles têm muita dificuldade de conseguirem um emprego estável. O modo de governo francês faz com que os diplomas sejam desvalorizados e o custo de vida adulta se torne mais caro. Podemos perceber que as políticas estatais favorecem mais as classes médias no campo educacional e na saúde, do que as classes mais pobres.

Conforme cita ainda Dubet, as desigualdades sociais eram responsáveis pelas desigualdades escolares. Mesmo estando num período republicano à oferta escolar não era realizada de maneira homogeneia, as classes mais favorecidas recebiam uma qualidade de ensino melhor. Os próprios professores davam mais atenção aos alunos das classes médias e superior. Os educandos oriundos das classes populares não eram valorizados, ouvidos, passavam despercebidos. Nas instituições escolares ocorriam alguns fatos como discriminação por classe social, diferenciação de ensino e tratamento desigual dos professores em relação aos alunos. Percebemos que são os estabelecimentos educacionais que produzem as desigualdades.

Atualmente a expressão das desigualdades tem se caracterizado por impedir a população pobre de construir sua própria identidade. A partir desta realidade podemos perceber que os moradores dos conjuntos habitacionais das periferias são classificados como pobres, desempregados, imigrantes, famílias “desestruturadas”, e ainda chamados de delinquentes. Eles acabam aceitando e interiorizando estes estigmas que lhe são postos. Uma sociedade não igualitária produz desigualdades através de uma série de provas individuais, e não mais de lutas coletivas, ou seja, as lutas coletivas vão perdendo forças e transformam-se em provas pessoais. (Dubet, 2000).

Ainda segundo o autor, durante muito tempo o Sistema Escolar Francês foi estruturado de maneira não igualitária, para cada classe social um tipo diferente de escolarização e oportunidades. As crianças pobres estudavam em escolas periféricas, e as das classes médias estudavam no Liceu. Desde sua entrada, as crianças eram tratadas de forma desigual nos estabelecimentos escolares, às dificuldades educacionais estavam relacionadas às causas

sociais, pelas injustiças produzidas pelas instituições escolares, e também pelas injustiças “naturais”, ou seja, os filhos nascidos de famílias pobres eram discriminados educacionalmente desde muito novo, os indivíduos pertencentes às classes mais baixas, eram intitulados menos inteligentes e pouco ambiciosos.

Como afirma ainda Dubet (2000), em uma escola de massa tudo muda, o seu objeto é oferecer condições iguais de oportunidades. Os alunos não são avaliados logo que entram em um estabelecimento educacional, os estudantes só são selecionados durante um período de estudo, e essa seleção é feita com objetivo de analisar o desempenho do aluno. Para os sociólogos esta seleção é efetuada, de maneira competitiva e determinada pelas desigualdades sociais. A responsabilidade do sucesso ou insucesso depende do próprio indivíduo, do seu desempenho e qualidade.

No Sistema Republicano Francês as desigualdades são “justas” se admitirmos que o desempenho dos estudantes seja resultado do empenho durante sua trajetória escolar. Enquanto os indivíduos pensam que suas desigualdades escolares decorrem do trabalho que realizam livremente, a igualdade está garantida. Mas quando percebem que não são iguais aos demais apesar do trabalho que realizam, duvidam de seu próprio valor, de sua própria igualdade. As desigualdades conduzem-nos à perda de autoestima e à consciência infeliz.

Como diz Dubet, à “meritocracia” escolar pode ser um princípio da libertação, que também legitima as desigualdades, atribuindo sua responsabilidade às próprias vítimas, porém os indivíduos só são reconhecidos e aprovados se passarem por todas as etapas do processo educacional estabelecido, caso contrário serão excluídos e culpados pelo seu fracasso.

O desejo de igualdade exige um reconhecimento contínuo. Como a dominação e as desigualdades são realizadas pelas manifestações de desprezo, da diminuição do indivíduo ao seu papel e o olhar do outro. Os estudantes do Liceu vêem as hierarquias escolares como cadeias de desprezo onde as pessoas que ocupam níveis maiores ignoram aqueles que estão em um nível mais baixo.

É importante percebermos que as desigualdades sociais e educacionais são interligadas, esta situação vem ocorrendo há muito tempo como observamos o processo educacional francês. A intenção é demonstrar através do estudo de Dubet, como os estabelecimentos educacionais têm agido de maneira discriminatória. Os estudantes com poder aquisitivo menor são os mais prejudicados.

A partir desta reflexão seria importante analisar também o processo educacional brasileiro e verificar de que maneira tem se estruturado os estabelecimentos educacionais brasileiros, será que eles têm produzido desigualdades? As oportunidades de ensino são oferecidas de maneira igualitária? Quem são os maiores beneficiados no processo educacional brasileiro?

1.2 desigualdades sociais no processo educacional brasileiro

Historicamente o Brasil é um país de grandes desigualdades sociais. Existem pessoas que possuem um poder econômico maior, e mais facilidade de obter uma melhor educação, os oriundos de classes populares possuem menos chances de ter uma educação de qualidade.

Segundo José de Souza Martins e Francisco de Oliveira (1997/1998), citado por PEREGRINO (2010), “a desigualdade é a marca da sociedade brasileira”, a população é inserida socialmente, economicamente, e politicamente de maneira desigual. A classe pobre continua recebendo uma educação de péssima qualidade. A escolarização no Brasil vem se dando de maneira não educativa, e a ausência do Estado no campo social acaba sobrecarregando o estabelecimento escolar a cumprir outras tarefas que seria de responsabilidade políticas de outros setores.

Segundo Cunha (2000), até a década de 70, as classes populares estavam, ou fora da escola, ou incluídas nos processos de formação para o trabalho. Após o golpe militar, a economia brasileira passa por alterações e necessita de mão-de-obra mais qualificada, ocorrendo à expansão escolar. A expansão escolar é realizada de maneira precária, com baixos investimentos e péssima capacitação de profissionais na área educacional. As crianças das classes desfavorecidas passam a freqüentar a escola e a maioria não consegue corresponder às exigências escolares, resultando em evasão e repetência. (WILSON, 2003).

Na década de 1980, Penin (1989) realiza pesquisa sobre práticas e idéias mostrando que, principalmente os professores acabam produzindo mecanismos seletivos internos na escola, em que o educando se torne responsável pelo seu fracasso. (WILSON, 2003).

Alves-Mazzoti (2002, 2003) demonstra, em suas pesquisas, o quanto é comum culpar o estudante e suas famílias pelo fracasso escolar. Como afirma também Aquino (1997), existe

a medicalização do fracasso essa era uma discussão muito comum na década de 1980. Hoje, com a necessidade de aceleração dos fluxos escolares, a discussão retorna, agora, porém, desprovida de crítica, isso acontece quando o educador se depara com um aluno que não consegue aprender, mesmo se esforçando, e diagnóstica como um indivíduo que possui algum distúrbio, por possuir dificuldade de aprendizagem devido outros fatores como a situação econômica e social.

Os psicanalistas brasileiros (Mrech, 1999; Bossa, 2000) e o estrangeiro (Cordié, 1996), afirmam que o fracasso escolar é uma espécie de sintoma de uma sociedade estruturada no capitalismo que valoriza o poder, o sucesso e os bens materiais, ou seja, somente os indivíduos que tem uma posição social e econômica elevada são exaltados.

Mrech, (1999) diz que os professores no período de sua formação aprendem a ter um modelo padrão de aluno, o que os dificulta perceber a particularidade de cada ser humano. Além disso, a estigmatização e a esteriotipagem do estudante revelam o baixo nível de desempenho do estudante pertencente às classes populares, e também aumentando a evasão e repetência nos estabelecimentos públicos de ensino. (Wilson, 2003).

Assim como,

(...) o processo educativo se dá dentro da escola também é desigual, pois a escola é instituição sob o controle da classe dominante reprodutora das desigualdades sociais. (...) a classe social- por ser dominante- teria acesso as melhores escolas, seus filhos teriam tempo e recursos para estudar, enquanto os trabalhadores, sem recursos financeiros e por causa das jornadas de trabalho, são obrigados a se contentar com as piores escolas, não atingem as notas necessárias para entrar nas melhores... (Meksenas,1988,p.71).

1.3 A expansão escolar da década de 1990 no Brasil

A expansão educacional no Brasil tem facilitado à entrada de indivíduos antes excluídos das instituições escolares. Como afirma a autora Mônica Peregrino (2006), os jovens das classes populares iniciaram sua entrada em massa no curso a partir da década de 70 na escola pública.

A partir da segunda metade da década de 1990 se expandiu o ensino no Brasil, consentindo a permanência e a continuidade dos estudos aos indivíduos oriundos das classes

populares. Porém, essa expansão escolar aconteceu de modo precário, ou seja, uma escolarização de baixíssima qualidade. Devido à forma com que essa expansão do ensino se deu, ocorreram como efeitos, o aligeiramento dos conteúdos escolares, da formação de educadores, da estrutura física institucional e diminuição do investimento per capita.

Essa expansão do ensino tinha o objetivo de diminuir a repetência e ampliar a escolarização para a sociedade. Nos próprios estabelecimentos está se criando uma espécie de “habitação” escolar sem escolarização, que seria um tipo de escolarização que se dá sem acúmulo de conhecimentos por parte dos estudantes.

A década de 1990, em especial sua segunda metade, busca caminhos de atenuação da seleção, em especial de seus efeitos, através de processos que, se não evitam a produção de exclusões por parte da escola, mantêm por tempo mais longo os “excluídos” no interior da instituição. Esses “caminhos” se estende até os nossos dias. (Mônica Peregrino, 2006).

Um estudo realizado por PEREGRINO, utilizando como base os dados do IPEA, 2005, conclui que no ensino fundamental há diferenciação desigual de desempenho e conclusão dos alunos. Ao analisarmos as regiões Nordeste e Sudeste percebemos um número distinto de estudantes, ou seja, há um número maior de estudantes na região Sudeste. Nas duas regiões o número de estudantes ingressantes na 1ª série é maior e quando eles chegam na 8ª série o índice diminui, isto comprova que há uma seletividade na instituição escolar, pois os alunos não conseguem dar continuidades aos estudos.

Podemos perceber que esta seletividade tem se estendido nos estabelecimentos educacionais. Uma pesquisa feita pela a autora Mônica Peregrino (2006), em uma escola localizada no Rio de Janeiro, nos revela que as desigualdades ocorrem através da seletividade e pressões da escola feitas a grupos mais vulneráveis economicamente.

Ainda como afirma Peregrino (2006), a escola mantém os alunos “excluídos” por mais tempo na instituição. Estes fatores vêm ocorrendo até hoje em nossa sociedade. Em um mesmo espaço institucional existem modos diversos de escolarização, como podemos observar através de uma pesquisa realizada pela a autora no ano de 2005, verificando as fichas de 670 alunos matriculados no segundo segmento do Ensino Fundamental. Através desta pesquisa percebemos que as desigualdades vêm aumentando no espaço escolar, e, além disso, detectamos que em um único estabelecimento escolar existem “modos” diferentes de

escolarização.

O processo de escolarização realizado desta forma favorece a apropriação de conhecimento desigual. As turmas de trajetória mais bem sucedida possuem um acúmulo grande de conhecimentos, os oriundos de modos mais precário de escolarização, agregados em geral nas turmas de menor sucesso escolar são repetentes e muitos alunos abandonam a escola, tornando-se impossível o acúmulo de conhecimento. As melhores turmas possuem um enraizamento mais sólido, esses estudantes são atendidos por professores mais antigos e mais valorizados da instituição. Os desenraizados são alunos mais velhos, que estão atrasados em sua idade-série. Eles são atendidos por professores recém-chegados na instituição ou pelos profissionais que utiliza um regime de trabalho precário. (PEREGRINO, 2006)

Neste estudo a autora nos mostra que mesmo nos grupos populares há desigualdades. Os mais atingidos pela seletividade escolar são os indivíduos que possuem uma precária condição de vida, além de submeterem aos modos precários de escolarização. Os estudantes oriundos de classes populares severos tem um histórico escolar fragmentado, a produção de conhecimento é fragmentada, ocupam posições de menor prestígio, ou seja, são desenraizados institucionalmente. Os alunos de melhor posição social no interior dos grupos populares não possuem interrupção nos estudos, têm melhor rendimento na escola, recebem melhores condições de escolarização.

A expansão do ensino traz possibilidades desiguais de apropriação dos conhecimentos, mesmos as turmas de trajetórias mais “plenas”, a oferta de ensino é precária e aligeirada. Os processos de escolarização vedam alguns grupos sociais de experimentar a instituição e suas leis. A própria escola opera grandes divisões e grandes desigualdades, ou seja, os processos escolares reproduzem desigualdades sociais mesmo no interior da escola dos pobres. (PEREGRINO, 2006)

Conforme a pesquisa feita pela a autora Mônica Peregrino (2006), podemos perceber que a escola tem utilizado ferramentas de exclusão. Os estabelecimentos escolares têm fortalecido a cultura dos grupos dominantes, colocando-as como legítimas, reforçando a dominação das classes favorecidas. As classes populares são prejudicadas por possuírem um rendimento escolar baixo e precário.

Na atual sociedade a educação formal é uma das mais importantes vias de mobilidade

social. Para ocupar certas posições de prestígio, é necessário ter qualificação educacional. No entanto, os profissionais mais qualificados possuem mais chances do que os trabalhadores não qualificados de alcançarem níveis educacionais mais elevados.

O discurso atual transfere a culpa para o trabalhador. Se o indivíduo obtiver qualificação profissional estará inserido no mercado de trabalho, caso contrário, estará fora, pois não se qualificou o suficiente. O Estado transfere a sua a responsabilidade para o indivíduo, a culpa do desemprego é do desempregado que não têm qualificação.

No Brasil as classes altas estudam nos melhores colégios e entram mais tarde no mercado de trabalho, já os oriundos das classes populares estudam em escolas públicas e trabalham mais cedo para aumentar a renda familiar. A reprodução da mão-de-obra e a distribuição das oportunidades são fortemente diferenciadas. Isso mostra que a educação é distribuída de maneira desigual, fortalecendo as desigualdades sociais, no interior da própria escola.

A escolarização diferenciada não é a causadora de toda desigualdade, mas é um fator primordial em sua reprodução. Assim como o sucesso escolar está relacionado à origem social, a educação deveria ser o diferencial para a transformação das condições sociais. A reprodução das relações econômicas dentro do sistema de ensino não contribui para o desmantelamento desse círculo vicioso. Segundo Bourdieu (1994), a instituição escolar estabelece fronteiras sociais análogas àquelas que separavam a grande nobreza da pequena nobreza e esta dos simples plebeus. Essa separação é marcada pelas condições de vida.

Temos percebido que as ações políticas governamentais na área educacional têm favorecido os interesses das classes dominantes. Portanto a política educacional é baseada nos critérios próprios do mercado, além disso, a escola, por si só, não pode romper com o ciclo da pobreza.

“... uma grande desigualdade educacional gera um alto nível de desigualdade de renda – como se observa no Brasil. Essa desigualdade de renda ou riqueza, por sua vez, pode implicar uma distribuição desigual de poder político, na medida em que a riqueza gera influência sobre o sistema político. E a desigualdade de poder político reproduz a desigualdade educacional, já

que os detentores do poder não utilizam o sistema público de educação, não tem interesse em sua qualidade, dependendo apenas de escolas particulares.” (Ferreira, 2000, pág. 155).

A educação é de suma importância na economia brasileira. Porém as ações das políticas públicas, inclusive as voltadas à educação devem priorizar a construção do indivíduo como ser político e social. Um país democrático deve formar cidadãos politizados e consciente de seus direitos. As políticas educacionais têm a responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade priorizando o ser humano.

Portanto a expansão da educação no Brasil realmente contemplou a entrada dos jovens de classe baixa nos estabelecimentos educacionais, mas de maneira desigual e discriminatória. Esta expansão teve alguns efeitos, os conteúdos eram dados de modo muito acelerado, os professores se formavam em curto tempo, nem todo indivíduo aprende da mesma forma, os alunos que não possuíam um capital cultural não conseguiam alcançar as exigências das instituições e acabavam abandonando os estudos, ou terminando cada patamar de ensino com insuficientes conhecimentos acumulados e nenhuma inserção ou mesmo possibilidade de inserção profissional.

Este estudo me despertou o interesse de dar passos mais longos, decidi estudar o processo histórico da educação superior no Brasil. Como tem se estruturado a educação superior brasileira? Este nível de ensino abrange todas as classes sociais, ou apenas uma parte da nossa sociedade? Como tem sido a qualidade do ensino superior? Esta modalidade de ensino segue os mesmos moldes das outras modalidades de ensino?

Capítulo2: Mudanças que ocorreram no ensino superior a partir da década de 1980

O Brasil vem passando por várias modificações na área educacional, principalmente em relação ao ensino superior desde a década de 1980. Como afirma os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2002), com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394/96) as políticas governamentais vem reforçando o processo de descentralização da educação, atribuindo a responsabilidade para os estados e municípios. Portanto os estabelecimentos de ensino passaram a ter mais autonomia, como a construção do projeto pedagógico, organização e escolha de projetos que favoreça a escola e a comunidade. Além disso, a união coordenou o processo da política educacional brasileira, ressaltando-se as diretrizes e parâmetros curriculares, a constituição e complementaridade de sistema de avaliação e as modificações no paradigma de gestão e financiamento.

Conforme afirmam os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2002), na segunda metade da década de 1990 aconteceram algumas transformações no sistema educacional que colaboraram com a mudança na forma de gestão, cursos e ampliação de inserção na educação superior, e o aumento das instituições de ensino superior privado. Segundo o senso da educação superior de 2004, existem apenas 224 instituições de ensino superior pública e 1789 particulares, ou seja, 88,87% de instituições privadas. Porém os dados do INEP, 2005 mostram que somente 10,5% dos jovens entre 18 e 24anos, possuem o ensino superior. Conforme cita Sguissardi:

Trata-se de uma das mais baixas na América Latina, em que há casos de países, como a Argentina, o Chile e o Uruguai, que já ultrapassavam, em 2002, os 30%, meta que o Brasil estabeleceu para o ano 2011, isto é dez anos após a aprovação do Plano nacional de Educação em janeiro de 2001 (2006, p.1027).

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior realizado pelo INEP em 2004, havia no Brasil 4.163.733 estudantes matriculados na graduação, porém apenas 1.178.328 em universidades públicas e 2.985.405 em instituições particulares. É importante observar a oferta, a permanência e a qualidade de ensino, oferecido na educação básica e superior.

Segundo os autores João Ferreira de Oliveira, et al (1994), atualmente o ensino superior tem se ampliado, no entanto, as universidades públicas brasileiras não estão preparadas para receber um grande número de estudantes. Ao compararmos a quantidade de

matrículas no curso superior em relação ao número de habitantes, muitas pessoas ainda se encontram excluídas das instituições de ensino superior públicas. As políticas de educação atual não contemplam os indivíduos pertencentes às classes pobres, negros e índios. Ainda de acordo com os dados do INEP (2005), as universidades públicas oferecem apenas 36,1% de vagas em cursos de horários noturnos. Se as instituições de ensino superior público expandirem suas vagas a parte da noite, mais chances terão os indivíduos que necessitam trabalhar durante o dia e estudarem a noite.

Com a expansão das instituições de ensino superior (IES) ocorrida na década de 1990, a educação se transformou em mera mercadoria, assim sendo, neste período as faculdades privadas surgiram com grande força e o número de trabalhador/estudante aumentou. Em 2004, havia 2.985.405 estudantes matriculados nas instituições de ensino superior particulares, sendo que 68% no horário noturno. Se for multiplicar o número de alunos, pelo valor da mensalidade o resultado será imenso. Como diz AZEVEDO; CATANI, (2005, p. 78).

De acordo com os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2005), A reforma universitária estabelecida no governo de Luís Inácio Lula da Silva beneficiou principalmente os alunos pertencentes às classes populares, índios, e negros. Neste mesmo período foi criado o PROUNI, que aumentou o número de vagas no horário noturno, foi estabelecida a criação de cotas para negros, índios e estudantes do ensino médio público, para que os mesmos tivessem a oportunidade de acesso ao ensino superior. No ano de 2005, o PROUNI ofereceu 118.078 vagas em 1.142 instituições de ensino superior privadas. Esta política pública beneficiou tanto os alunos que foram citados anteriormente, como os estabelecimentos privados.

Como afirma os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2006), ao falarmos em democratização de acesso e inserção no ensino superior, é necessário criar políticas que beneficie a sociedade. No entanto, de acordo com essas afirmações em relação à educação superior brasileira, os autores tomaram como base o Relatório 19392-BR – *Brazil: Higher Education Sector Study*, publicado pelo Banco Mundial em 30 de junho de 2000. (FERREIRA/OLIVEIRA et al, 2006). Segundo esse documento

O Brasil tem contribuído intelectualmente de maneira considerável para o desenvolvimento e reforma de seu sistema de educação superior e tem feito progresso significativo em importantes áreas. Esta seção do relatório (do Banco Mundial) sugere incrementos para avançar mais o que já foi implementado no Brasil, focalizando em objetivos estratégicos como o acesso, qualidade, relevância e eficiência (WORLD BANK, 2000, p. 46).

Os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2006), ao analisarem o Relatório perceberam que existe pouca oferta de vagas nos cursos superiores no período noturno, além do vestibular ser estruturado de maneira seletiva, os pré-vestibulares de maior prestígio se tornam caros, as provas são de memorização e os locais estabelecidos para realização das provas ficam nos grandes centros, dificultando os indivíduos que residem em regiões distantes (interiores).

O documento do Banco Mundial revela que as instituições de ensino particulares dispõem maior auxílio aos educandos, ou seja, 29,14 em comparação as faculdades públicas que chegam aproximadamente entre 10,25% a 13,55%. Como afirma WORLDBANK, (2000, p. 42). Entretanto o amparo que as IES particulares oferecem aos discentes é convertido através de bolsas, descontos, devido às altas taxas do não pagamento das mensalidades e da concorrência desses estabelecimentos. Porém as instituições públicas não são pagas, os alunos de pouco poder aquisitivo procuram estudar nestes estabelecimentos. (FERREIRA/OLIVEIRA et al, 2006)

Como cita os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2006), a sessão de número 3 do Relatório do Banco Mundial está destinada às “estratégias e recomendações para o ensino superior brasileiro”, com o objetivo de melhoria no acesso através da diferenciação de ferramentas, ampliação de cursos noturnos, incentivo a educação à distância e sistema de crédito (educativo) para favorecer os alunos que não possuem condições financeira.

Ainda como afirmam os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2006), os índices da educação no Brasil é resultado do processo histórico e das novas políticas estabelecidas atualmente. Falar sobre o acesso à educação superior brasileiro é difícil, pois se torna um tema bastante polêmico, principalmente porque envolve os interesses da classe dominante que defende o prestígio dos diplomas e bons profissionais no mercado de trabalho, de outro lado, aumenta as perspectivas da população com relação à ampliação do acesso, ou seja, muitas pessoas buscam cursarem o ensino superior com o objetivo de adquirirem melhores empregos com maiores salários, com o intuito de conquistarem sua independência financeira.

Conforme os autores João Ferreira de Oliveira, et al (1994), em 1911 o acesso a educação superior era muito restrito, apenas os indivíduos chamados “aptos” eram aprovados

no vestibular para cursarem a graduação. Nesta mesma época o número de pessoas que tinham o objetivo de entrar em uma faculdade era maior do que a quantidade de vagas oferecidas. Entretanto neste período o papel do vestibular seria o de vetar o acesso ao curso superior. O vestibular nesta época era visto de modo tolerável “como um remédio ruim, mas necessário”, ou visto de maneira crítica como um dispositivo de exclusão social.

2.1 A expansão do ensino superior no Brasil e suas implicações

Atualmente com a nova LDB o vestibular pode ser chamado também de processo seletivo, porém ele apenas seleciona para as vagas oferecidas pelas IES, por isso não pode ser responsável pela seletividade social. Na nossa sociedade como na escola básica já existe esta seletividade, ou seja, o vestibular ou o processo seletivo apenas estaria reproduzindo a seletividade já existente. Em outro conceito, não deveria existir vestibular por ele estimular a discriminação social e produzir efeitos que prejudica o sistema educacional. Na contemporaneidade essa situação tem sido bastante discutida.

Atualmente o número de ingressos nas universidades tem aumentado, mesmo assim, uma grande parte de indivíduos de classe baixa não consegue entrar nas instituições de ensino superiores devido à alta seletividade. Ainda conforme os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2006), as universidades têm recebido mais discentes pertencentes à classe mais alta do que alunos de menor poder financeiro.

Como afirma os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2006), a questão continua, ou seja, apesar da autonomia da seleção e expansão da oferta nas IES: “como tornar democrático o acesso e a permanência na educação superior”? Permanece o duelo para os estabelecimentos de ensino superiores, principalmente no que diz respeito às políticas, com o objetivo de se construir processos seletivos em que não haja discriminação social e uma educação de boa qualidade. Entretanto, como ver indistintamente essa mudança quando os princípios de igualdade de oportunidade, de demonstração das capacidades e de livre concorrência continuam a ser indicados claramente como fronteiras para as novas formas de seleção, de acordo com o parecer no 95/98 do Conselho Nacional de Educação (CNE)?

De acordo com os autores João Ferreira de Oliveira, et al (2006), uma grande parte do processo seletivo de ingresso para o ensino superior brasileiro, está estruturada no ideário das

aptidões e capacidades naturais e na meritocracia, ou seja, na seleção dos melhores. “Os critérios do mérito e bio-psicológicos justificam as diferenças individuais e a hierarquização social”. O processo de seleção acaba se tornando natural, devido a todo um ideário que se cria de processos seletivos considerados isentos e mais justos no que se refere ao princípio de igualdade de condições ao acesso. Predominam-se os critérios naturais de habilidade e de inteligência, em perdas variáveis ou condicionantes sócio-econômicos de seleção, ainda que a sociologia moderna afirme que o mérito é construído socialmente. Como cita Bourdieu e Passeron:

Nada é mais adequado que o exame [ou o vestibular] para inspirar a todos o reconhecimento da legitimidade dos veredictos escolares e das hierarquias sociais que eles legitimam, já que ele conduz aquele que é eliminado a se identificar com aqueles que logram, permitindo aos que são eleitos entre um pequeno número de elegíveis ver em sua eleição a comprovação de um mérito ou de um ‘dom’ que em qualquer hipótese levaria a que eles fossem preferidos a todos os outros (1982, p. 171).

Ainda que uma sociedade seja marcada fortemente pela heterogeneidade cultural e pela diversificação de classes prevalece à competição livre e aberta entre os desiguais, o que faz crescer a gap cultural, historicamente em construção, diante dos indivíduos sociais, fortalecendo a reprodução social. Dessa maneira o estabelecimento que realiza o exame vestibular, de modo eliminatório e classificatório, oferecendo poucas vagas em cursos de graduação, é, porém, um plano oculto de reprodução das elites. (OLIVEIRA, 1994)

Como cita os autores João Ferreira de Oliveira, et al (1994), a estrutura do sistema educacional atual estabelecida pelo processo de seleção dificulta a expansão de vagas nas IES. Democratizar a entrada de indivíduos na graduação envolve, com certeza, em nova fase de ampliação da educação superior pública e gratuita na sociedade brasileira, difícil de acontecer. Devido o governo de Fernando Henrique Cardoso vetar- como também o atual governo fazer o mesmo - com base no artigo do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/01, que visava “ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior”. Entretanto o governo retirou vários subitens do Plano que teria o objetivo de mudanças e aumento de verbas voltadas para educação básica e superior brasileira, o governo se mostra totalmente desinteressado em investir financeiramente na educação superior, ainda mais por ser sustentado pela união. Como afirma Vaticínio de Carvalho:

O empecilho à massificação do ensino superior brasileiro não está na ausência de vagas para o ingresso no sistema, mas na escassez de vagas públicas e gratuitas. Estas são insuficientes e inadequadas diante do perfil dos estudantes que concluem o ensino médio. Deste contingente, 63% estudam em escolas públicas no período noturno. (2006, p.996)

As políticas atuais para a educação superior adotadas no Brasil estão consolidadas na expansão acelerada por meio da diversificação da oferta, do aumento das matrículas nas instituições particulares e dos recursos nas IFES, consentindo a ampliação de vagas quase sem custo, principalmente nas faculdades federais. Além de promover a articulação dos currículos estruturados às exigências do mercado, e um controle mais severo do ensino superior, por meio do variado sistema de avaliação, controlando de modo eficaz a forma de gestão e as políticas governamentais implementadas. (OLIVEIRA, 2005)

Segundo os autores, a carência dos itens citados anteriormente do PNE reforça ainda mais a mercantilização da educação superior, cooperando para o aumento dos estabelecimentos educacionais privados e como também instiga as IFES a adquirir uma visão empresarial para aquisição de recursos financeiros em prol da manutenção e seu desenvolvimento, além de eliminar meios financeiros que garantiria pelo menos 40% das vagas as IES públicas, como citado no PNE, já que as instituições de educação superiores particulares detêm 70% das matrículas.

Enfim se torna evidente que a possibilidade da democratização do acesso e ingresso no ensino superior brasileiro não poderá permanecer sem a colaboração dos estados e da união na oferta dessa modalidade de educação, bem como, no aumento de investimento em todos os níveis de ensino. A falta de recursos dificulta o cumprimento da lei estabelecida no art. 47, § 4º da LDB em vigor, que obriga as IES públicas a oferecerem, “no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno”. Dessa maneira, declara os autores, que a efetiva democratização do acesso ao ensino superior é realizada pela pressão da população por meio da expansão de vagas, principalmente nos estabelecimentos de ensino públicos do que pela decisão de formas e modelos alternativos de seletividade.

Conforme os autores João Ferreira de Oliveira, et al (1994), Os atuais modelos de seleção não têm conseguido modificar o quadro de seleção social, de modo que ela não tem conseguido transformar o modelo elitista brasileiro. A LDB não tem rompido com o

paradigma de seleção que favorece apenas os indivíduos com maior capital financeiro e cultural. Portanto, a seletividade se encontra fundamentada nas aptidões e capacidades naturais que historicamente, tem afirmado que o ensino superior, considerando os cursos de maior prestígio social, esteja destinado a pessoas que possuem maior poder aquisitivo.

Como afirma os autores João Ferreira de Oliveira, et al (1994), o Conselho Nacional de Educação (CNE), em relação à situação sócio-econômica, “as diferenças se revelam já no momento da escolha das carreiras, isto é, na inscrição para o concurso, e não somente após a classificação dos candidatos que lograram aprovação” (Parecer CNE no 95/98). De qualquer maneira, na fala de um ex- ministro da educação, “o ensino superior deve continuar sendo seletivo, isto é, destinado aos mais capazes” (SOUZA, 1999, p.30). Segundo ele, a “seleção não pode implicar discriminação”, no seu entendimento se os processos de seleção cumprirem as exigências estabelecidas na constituição do direito de igualdade para o acesso segundo a capacidade de cada indivíduo (art. 206, inciso I e art. 208, inciso V, da Constituição Federal de 1988).

Ao analisarmos o processo seletivo da democratização ao acesso a educação superior, devemos perceber que tais modelos de seleção podem reforçar a reprodução e a seletividade social, como também intervir na forma de gestão escolar. Entretanto temos o desafio de integralizar as IES públicas, reforçando como um todo em prol da valorização e resgate da escola pública e do reconhecimento da educação como um direito para todos. Assim sendo, devemos pensar em processos de seleção que favoreça os setores educacionais públicos, e de uma sociedade totalmente democrática, entretanto, teremos que rejeitar todo e qualquer modelo de seletividade social. (OLIVEIRA, 1994)

No mundo atual é necessário que a população tenha um nível maior de qualificação, hoje um país em que a sociedade não possui um grau mais elevado de escolaridade e conhecimento se torna atrasado. Continua sendo um desafio enorme atender as exigências econômicas e sociais que na realidade são muito heterogêneas em um país como o Brasil em se tratando da educação superior, de outro lado, existe a necessidade de expansão do conhecimento cooperando para o bem-estar coletivo, a fim de construirmos uma sociedade futuramente melhor.

Mesmo com a aprovação da LDB (Lei n. 9.394/96), continuam as dificuldades e os

desafios para se concretizar a democratização do ensino em todas as modalidades. De acordo com o texto observa-se que o ingresso, permanência e o número de concluintes no ensino superior não estão satisfazendo os anseios da sociedade, dentre outros fatores podemos citar a má qualidade da educação, é necessário estabelecer mudanças nas políticas para alterar a estrutura educacional brasileira. Para que o acesso ao ensino superior seja democrático e de qualidade social, é preciso também que os recursos financeiros sejam administrados e controlados de maneira transparente, sendo aprovado pela população.

2.2 O ensino superior no Brasil não tem se estruturado de maneira democrática

Segundo Guiomar de Oliveira Passos e Samara Cristina Silva Pereira (2007), a entrada de jovens oriundos de classe baixa no ensino superior no Brasil é recente. O número de alunos pertencentes à classe popular que consegue cumprir com as exigências do vestibular é bastante pequeno, devido estes fatores a inserção desses indivíduos nos estabelecimentos educacionais com pouco poder aquisitivo tem se dado de maneira lenta. No Brasil 78,1% das famílias recebem até dois salários mínimos e somente 5,7% adquirem rendimento superior a cinco salários. (IBGE/PNAD/2002, MOTA; CASSIANO; CHAVES, 2006, p. 16).

Ainda como afirmam Passos e Pereira (2007), de acordo com os dados citados o sistema educacional brasileiro é estruturado de maneira excludente, apenas um pequeno número de jovens se encontra inserido neste sistema. Uma grande parte dos indivíduos que cursam a graduação pertence à classe alta. Essa desigualdade de acesso ao ensino superior carrega um legado desde o início de sua história, quando a família Real chegou ao Brasil em 1808 e passou a governar o país, de modo desigual. Apenas os filhos da elite poderiam exercer um cargo de prestígio, não havendo oportunidades para os indivíduos de pouco poder aquisitivo.

Conforme os autores Passos e Pereira (2007) citam, com a Reforma de 1968 foi estabelecida à instituição universitária, dando início a sua expansão e aumentando o número de matrículas, a população antes vetada dessa modalidade de ensino pôde, ou tiveram a possibilidade de acesso à educação superior.

Como cita os autores Passos/Pereira (2007), A Reforma de 1968 instituída pela Lei 5.540, foi estabelecida principalmente por dois motivos: a pressão imposta pelos movimentos

sociais lideradas especialmente pelos estudantes, e a outra, “da tecnocracia do Estado”, (uma nova forma de organização, administrada por técnicos ou organizadores) de acordo com TRIGUEIRO (2003, p. 49). Cada motivo possuía um interesse específico, mas com o mesmo ideal, eliminar a exclusão e também acabar com a predominância da educação elitista. A sociedade passou por muitas transformações.

Ainda de acordo com os autores, a educação superior passou por muitas mudanças como: aumento dos estabelecimentos de ensino superiores, especialmente instituições privadas, a criação de novos cursos, as pessoas só poderiam exercer um cargo público se fossem capacitadas profissionalmente através da graduação. A ampliação da oferta de ensino aconteceu em grande parte nos estabelecimentos de educação isolados, embora o estatuto universitário zele pela organização (Lei nº 5.440/68), essas transformações como já foi dito aconteceram notoriamente nos setores privados. Como afirma Martins (1998), a aquisição do diploma se dá majoritariamente as famílias de classe média, o que se tornava impossível anteriormente, devido o acesso ser totalmente fechado tanto no campo público, como privado.

Conforme cita Schwartzman (1996), com a Reforma de 1968 nas instituições de ensino superiores, foram criados diversos cursos permitindo a entrada de novos grupos sociais, formados por mulheres e indivíduos com mais idade, que já fazia parte do mercado de trabalho. Mesmo assim, a educação superior, encontra dificuldades para concretizar o projeto de democratização aspirada pela Reforma de 1968, devido às contradições do próprio sistema, pois “de um lado está à democratização e o progresso social, de outro a diferenciação e o elitismo”. Assim sendo:

A fase da democratização e do progresso social está ligada aos ideais iluministas que acompanham e motivam os sistemas educacionais a valorização do mérito, a igualdade de oportunidades, a primazia do desempenho em relação ao sangue, e da razão sobre a autoridade e dogma. A diferenciação e o elitismo são ‘efeitos perversos’ que surgem com a conquista de direitos e privilégios para os educandos, e das condições reais de acesso às melhores oportunidades educacionais, que em todas as sociedades são fortemente correlacionadas com recursos econômicos e condições sociais preexistentes. (Schwartzman, 1996, p.12)

Como afirmam os autores Passos/Pereira (2007), o processo seletivo adotado, o vestibular baseado na meritocracia e da equidade, desconhece as desigualdades, disfarçando e tentando justificar a indiferença as desigualdades existentes na educação, cultura e renda familiar. Segundo Bourdieu (2002a, p. 53), “a equidade protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta aos privilegiados”. Embora a expansão do ensino superior tenha

acontecido, as chances ainda continuam pequenas para os oriundos de família pobre.

Durante os anos de 1992 e 1999, tem aumentado o número de alunos cursando o ensino superior, ou seja, de 1, 433 milhão para 2, 525 milhões de educandos. “A participação dos 20% mais ricos subiu de 67,1% em 1992, para 70,7% em 1999; enquanto a participação dos 20% mais pobres, que era de 1,3%, ficou reduzida a 0,9% nos anos respectivos” (FOLHA DE SÃO PAULO apud ZAGO, 2005, 03). Podemos perceber que mesmo com a ampliação da educação superior, o número de estudantes de pouco poder econômico inserido nas universidades é bastante pequeno. Com a Reforma de 1968, foi consentida a entrada de novos indivíduos no ensino superior, muito mais nos órgãos privados e sobre tudo, no princípio da meritocracia e da equidade, havendo pouca alteração na vida dos alunos pobres em relação à graduação. Entretanto, se tem reforçado a inserção mais acentuada dos filhos pertencentes a classes médias e altas, que dispõem de total condição de ter uma vida longa de escolarização.

Ainda conforme citam os autores Passos/Pereira (2007), a entrada e a permanência dos discentes na graduação se tornam um problema devido às desigualdades educacionais e sociais, como também toda a estrutura do sistema educacional superior. A seletividade no vestibular dificulta a entrada dos jovens pertencentes às classes populares, evidenciando o restrito acesso. Os estabelecimentos educacionais estão produzindo desigualdades sociais que tem se transformado em desigualdades escolares, demonstrando sua atribuição “na transmissão do poder e dos privilégios”.

No entanto, os jovens de classes mais altas estão inseridos em cursos de maior prestígio, além de não possuírem dificuldade nos processos de seleção. Os alunos oriundos de classe pobre têm menos chances de cursarem o nível superior, apenas um pequeno número consegue entrar nessa modalidade de ensino, depois de várias tentativas.

Quando os estudantes de classes populares ultrapassam as barreiras da seletividade e ingressam na graduação, entram em outros níveis de dificuldades, como a realização das diversas tarefas impostas pelas instituições, que são muito difíceis de serem superadas, além de buscarem ferramentas que possibilite a permanência na faculdade. A necessidade de procurar estratégias para sobreviver no campo, seria o trabalho, que ajuda de modo financeiro, mas acaba prejudicando os estudos, por não terem tempo para estudarem, a realidade dos jovens das classes populares é bastante cruel.

A educação superior é a continuidade do sistema educacional básico, que tem se transformado em instrumento de reprodução e regalia, contemplando apenas aqueles que pertencem à classe alta, aumentando as desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Devido às dificuldades observadas no campo da educação superior iremos analisar e discutir no capítulo seguinte, se os espaços educacionais tem se estruturado de maneira democrática.

Capítulo3: Uma reflexão dos limites ao acesso e a permanência dos jovens das classes populares no ensino superior

Uma pesquisa realizada pela autora Nadir Zago (2006), nos revela que o número de jovens universitários oriundos de classes populares ainda é muito pequeno. Apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 anos estão inseridos no ensino superior brasileiro, ou seja, a maioria encontra-se excluídos dessa modalidade de ensino. O Brasil se encontra em uma posição muito baixa em relação ao mundo.

Conforme a autora Nadir Zago (2006), a expansão do ensino superior não beneficiou a população de pouco poder financeiro, que tanto necessita estudar em faculdades públicas. As instituições de ensino superiores públicas têm aumentado nas últimas décadas, porém as políticas adotadas tem se caracterizado por mercantilizar o ensino superior favorecendo as universidades privadas detentora de 90% dessas instituições e 70% das matrículas. (INEP, 2004, p. 8-19). Atualmente o número de vagas tem aumentado, mais as desigualdades sociais não têm diminuído. Um recente “estudo feito pelo Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes revela que 25% dos alunos universitários são tão carentes, que não possuem condições de cursarem uma graduação, ainda que seja gratuito”. (Pacheco & Ristoff, 2004, p. 9).

A democratização da educação necessita de políticas que amplie e solidifique o ensino público em todos os níveis de escolarização, para que estes alunos deem continuidade aos seus estudos. “Há a constatação que existem indivíduos muito pobres que estão ingressando e permanecendo nas faculdades públicas” (Bori & Durham, 2000, p. 41), é primordial um estudo aprofundado para percebermos a verdadeira condição dessa escolarização. Como cita Bourdieu & Champagne, (2001), em seus estudos revelando as formas vagarosas e dissimuladas de exclusão aos estudantes na graduação.

De acordo com uma pesquisa de campo realizada pela a autora Nadir Zago entre 2001 e 2003 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde ela aponta que o vestibular é bastante competitivo em relação candidato/vaga. Ainda segundo a autora em 1970 a relação candidato inscritos e vagas oferecidas na UFSC era de 1,46, em 1980 aumentando para 5,93, em 1990 é de 6,36, já em 2005 sobe consideravelmente para 10,54. Assim sendo, a autora observou que os candidatos são reprovados por não haver vagas suficientes para os

estudantes. Em 2001 foram inscritos 35.242, para apenas 3.802 vagas, ou seja, 89% não ingressaram na universidade. Portanto, analisando os índices com relação à situação social e a trajetória escolar dos reprovados e aprovados, os resultados mostram a grande desigualdade de acesso e seletividade alicerçada na hierarquia dos cursos superiores. Esses índices mostram também como aumentou a pressão para a entrada de indivíduos nas universidades. E essa pressão é fruto, dentre outras coisas, da expansão dos ensinos fundamental e principalmente, médio. Atualmente tem aumentado o percentual da população que tem acesso à universidade, porém ainda existem muitas dificuldades para os jovens que possuem pouco capital cultural, sabemos que continua sendo um grande desafio.

A segunda parte da pesquisa realizada pela a autora Nadir Zago (2006), teve como objetivo não apenas observar o acesso, mas também, a permanência destes discentes. Foram entrevistados 27 alunos que possuíam pouco poder aquisitivo, como também pouco capital cultural familiar, os alunos estavam no 4º período, em diversos cursos. Foram entrevistados dez homens e dezessete mulheres, com idade entre dezenove e vinte seis anos, somente seis acima de trinta anos. Todos estudaram em escolas públicas. Seus pais exercem funções de baixa remuneração. As mães trabalham na agricultura familiar, algumas donas de casa e outras trabalham como domésticas com remuneração. A maioria dos pais apenas cursou os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Através da pesquisa foi possível perceber que os alunos pertencentes a camadas pobres não são orientados a respeito do vestibular, por isso eles não se mostram interessados e tão pouco estimulados a dar continuidade aos estudos. Como chama Silva (2003, p. 128) de ausência de capital informacional mediante o vestibular, instituições e cursos que os oferecem. A educação básica no Brasil tem carregado um legado de não ser uma educação de qualidade. Portanto os indivíduos entrevistados têm plena consciência que o vestibular é bastante concorrido, em suas falas afirmam que o primeiro vestibular é apenas um “exercício”, eles fazem para terem uma noção de como funciona, para que no próximo vestibular sejam melhores.

Uma matéria publicada na Folha de São Paulo de 18 de agosto de 2002, baseada em dados do vestibular de universidades públicas do Rio de Janeiro e São Paulo (Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), relataram que os estudantes de escolas públicas têm uma

baixaestima e desistem de entrarem na faculdade antes de prestarem o vestibular. A matéria continua revelando que o “fenômeno, conhecido por educadores estudiosos do assunto como autoexclusão, acentuou se nos últimos anos, apesar do aumento significativo do número de alunos formados no ensino médio público” (Folha de São Paulo, 2002).

Ainda segundo Nadir Zago (2006), durante a pesquisa foi constatado que os educandos que são aprovados tanto no primeiro vestibular, como em outras tentativas, possuem um complexo de incapacidade, eles dizem que apenas tiveram “sorte”. Quando os nomes deles constam na lista de aprovados ficam surpresos. Os dados obtidos na pesquisa realizada na instituição em 2001 revelam que foram inscritos 35.278 candidatos, sendo que 19.160 (54%) participaram de algum tipo de cursinho, e das vagas oferecidas que totalizam 3.802, foram preenchidas 2.376, mais da metade (62%) com indivíduos que fizeram estudo complementar, nos cursos mais concorridos esse índice aumenta para 80%. Os jovens que tem como objetivo cursar uma faculdade necessita investir financeiramente nestes cursinhos, eles procuram cursos que tenham um preço mais acessível, que seja no horário noturno, ou até mesmo cursos gratuitos.

Para estes alunos a graduação é uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho que atualmente é bastante competitivo, mais quando eles analisam sua vida cotidiana escolhem os cursos menos concorridos, com o intuito de serem aprovados. A partir desta situação podemos refletir o que chamamos de “escolha”. A autora nos faz repensar, quem pode escolher um curso que seja da sua vontade? Esta realidade oculta às diferenças e desigualdades sociais. Os pais que adquirem recursos financeiros e simbólicos, provavelmente seus filhos terão mais chances de cursarem e escolherem um curso superior de sua vontade e de maior prestígio recebendo altos salários. Como afirma (Grignon & Gruel, 1999, p. 183).

Assim sendo, falar de modo geral de escolha significa camuflar as condições econômicas, sociais e culturais dessas famílias como também o histórico escolar dos candidatos. Conforme a autora relata não existe uma escolha, mas uma adaptação às condições do indivíduo de acordo com a sua realidade para que o mesmo não seja excluído. Conforme a pesquisa 18 educandos fizeram suas escolhas com base nesse pensamento. Segundo Grignon e Gruel (1999), os jovens oriundos de classe popular não se arriscam fora do seu cotidiano.

3.1 As dificuldades que os estudantes de classes populares encontram ao ingressarem na graduação

As trajetórias analisadas dos estudantes só se prolongaram devido o desejo deles próprios de quererem fazer um curso superior. As maiores dificuldades citadas pelos estudantes é a precária qualidade de ensino, porém se nos primeiros anos de estudos não tivermos uma base sólida, esta deficiência estará presente nas outras modalidades de ensino.

De acordo com Oliveira (2000, p. 92) mesmo com a expansão de vagas no nível fundamental e médio continuam os problemas em relação à qualidade do ensino público. Os alunos ao ingressarem no ensino superior encontram dificuldades devido à carência de conhecimento, isto está contida na fala de uma aluna de agronomia que sofreu dificuldades nos primeiros períodos da faculdade por não ter tido uma formação eficaz anterior. Ela faz uma metáfora com seu passado escolar e as exigências cobradas atualmente na formação superior. ² ”É a mesma coisa que pegar um filme pela metade, não tem como entender inteiro”.

As falhas cometidas na formação anterior marcam profundamente a vida dos ingressantes universitários, como observamos na entrevista feita a outro estudante que diz ter dificuldades em algumas matérias, afirmando que não tem como recuperar o que não aprendeu nos níveis de ensino anteriores. Como diz Gouveia (1968, p. 232) “qualquer tentativa de democratização do ensino superior será inócua enquanto persistirem as desigualdades existentes nos níveis anteriores, primário e secundário”. Como Nadir Zago afirma, já se passaram 40 anos e as desigualdades escolares continuam até hoje.

Apesar dos estudantes passarem por todas as dificuldades já citadas anteriormente, a entrada na universidade se torna uma grande vitória, foi o que expressaram os entrevistados.

O acesso a uma instituição de ensino superior é importante para esse grupo de estudantes, porém eles precisam permanecer até concluírem o curso. Os educandos de classes populares necessitam custear seus estudos, ou dependem em alguns casos da ajuda financeira da família. No início de sua vida acadêmica esses jovens chegam com uma pequena reserva financeira, mas não sabem até quando conseguem manter-se. Para darem continuidade no

² As falas destes dois alunos foram retiradas do artigo de Nadir Zago. Do Acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago, 2006. (pág.233)

curso superior procuram alguma maneira de adquirirem uma renda, como a busca pelo um trabalho. Durante a pesquisa foi constatado que dos 27 discentes, 21 continham uma renda de no máximo dois salários mínimos.

Ainda segundo a autora a coexistência do trabalho-estudo nas instituições superiores tem atingido não apenas os países subdesenvolvidos, e não somente os filhos pertencentes às famílias pobres. Com relação ao trabalho é preciso avaliar o tipo de atividade, a carga horária, se há proximidade com o curso, etc.

Conforme Nadir Zago (2006), ao analisar as políticas públicas do ensino superior da década de 1990 na França, uma pequena parte dos estudantes trabalham no início da faculdade, quando chegam ao final do curso esta realidade muda, crescendo o número de graduando trabalhador. De acordo com a pesquisa 20% dos alunos com idade de 18 anos trabalham tendo salário remunerado, e com idade de 26 anos ou mais o percentual aumenta para 66,7%. (Grignon & Gruel, 1999, p. 67-69). Estas modificações acontecem na carga horária de trabalho, no tipo de função exercida voltada quase sempre para a formação acadêmica.

No Brasil os jovens de origem popular têm um tempo curto de escolarização, e necessitam entrar bem cedo no mercado de trabalho. Apesar de recentemente pesquisas mostrarem que esta situação vem mudando como cita Hasenbalg, (2003). Os indivíduos entrevistados relataram que no ensino médio e alguns no ensino fundamental já trabalhavam para sua subsistência. Ao chegarem ao ensino superior à maioria desempenhavam alguma atividade remunerada em tempo integral ou parcial. Outros trabalham tanto que quase não sobra tempo para estudar, o trabalho se transforma em um grande concorrente com os estudos. Alguns alunos participam de bolsa de estudos, iniciação científica, monitores, dentro da própria instituição superior adquirindo uma carga horária menor.

No entanto do grupo de dez estudantes do sexo masculino, nove vivem esta realidade. O grupo feminino, oito exercem funções deferentes como: atendente de enfermagem, copeira, professora de educação infantil, e atendente de auxílio à lista telefônica. As outras nove estão como monitoras, bolsistas, grupo de extensão recebendo uma renda para manter seus estudos. Em conformidade aos dados da pesquisa dos 27 entrevistados, 18 alcançaram bolsa de estudo, estágio, monitoria e iniciação científica. Essas formas de trabalho na própria instituição facilitam a vida desses estudantes no sentido de poderem utilizar a internet, o espaço físico para estudarem. A permanência na faculdade faz com que eles absorvam com mais

intensidade a cultura acadêmica, e ainda fazem planos de prosseguirem na pós-graduação.

Conforme Nadir Zago (2006), os alunos que precisam trabalhar enquanto cursam o ensino superior são excluídos de participarem de eventos dentro e até fora da faculdade, trabalhos em grupos fora do horário de estudo, comemorações entre amigos, etc. Ana estudante de serviço social diz na entrevista “que não participa da comunidade universitária, ³[...] eu só trabalho, aí você é automaticamente colocada de lado. [...] Estes três semestres foram levados nas coxas, literalmente, pra dar conta de tudo. Essa é uma realidade cruel”. A maioria fez os mesmos comentários que Ana.

Ainda como diz a autora, as dificuldades financeiras estão interligadas a complexa situação desses estudantes. Diante da situação conflituosa que esses alunos vivem entre o que gostariam de fazer, ou o que é possível fazer. Devido o trabalho ser de longa duração, não tendo tempo para dar conta das exigências do curso, e outras de caráter social e cultural, gerada pela falta de recursos financeiros. Um grande número de entrevistado revelou que o isolamento seria a melhor forma de refúgio. A relação de afinidade entre os grupos são diversificadas dependendo do curso, da turma, ou aspecto social dos discentes. Um estudante de filosofia afirma que na sua turma não à discriminação, ele faz uma argumentação em que as pessoas mais velhas que possuem uma estabilidade financeira, respeitam os que ainda não conseguiram, “respeitam muito os colegas mais novos”. Existem os cursos mais elitizados como, medicina, direito, odontologia, e outros. Durante a pesquisa duas estudantes disseram que se sentem excluídas em razão das diferenças sociais. Bem como observa Grignon e Gruel (1999, p.2). “A vida dita material não impõe somente limites práticos à atividade estudantil; ela intervém moralmente no conjunto da vida intelectual [...]”.

Como afirma Nadir Zago (2006), à presença dos jovens oriundos de classe popular no ensino superior não encobre- como cita Bourdieu e Champagne (2001) – a existência das diferenças sociais entre os alunos. Ao término da pesquisa percebemos de maneira nítida as desigualdades sociais no campo acadêmico. Devido este motivo a pesquisa foi realizada de maneira profunda, analisando a renda familiar dos estudantes, função e escolaridade dos pais, com o objetivo de conhecer verdadeiramente a real situação dos estudantes, mostrando como

³ A fala de Ana foi retirada do artigo de Nadir Zago. Do Acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago, 2006. (pág.235)

a “sobrevivência” material se une a outros custos pessoais que são também muito dolorosos.

Enfim é importante estudar e conhecer o perfil dos estudantes das classes populares para construirmos uma sociedade em que não haja discriminação e todos tenham os mesmos direitos. Entendemos que é preciso mudar as práticas escolares adotadas atualmente nos estabelecimentos educacionais brasileiro contemplando todas as modalidades de ensino.

CONCLUSÃO

Enfim, no primeiro capítulo falei sobre o sistema de ensino francês, que a partir da década de 1980 aconteceram algumas transformações. Mesmo com as modificações ocorridas o processo educacional francês, se estruturou de modo desigual, havendo uma diferenciação entre os jovens pertencentes à classe alta, em relação os jovens oriundos de famílias pobres. Em que a própria escola age de maneira discriminatória, apenas os estudantes com capital cultural são favorecidos, já os alunos de baixo poder aquisitivo acabam sendo excluídos dos estabelecimentos educacionais. Ainda nesse mesmo capítulo falei sobre a expansão do ensino educacional brasileiro a partir da década de 1990. Como o Brasil tem utilizado no campo da educação ferramentas de exclusão. Aqueles que têm um poder aquisitivo menor são os mais prejudicados. Utilizei como referência os autores Pierre Bourdieu e o Francois Dubet, para discutir o sistema francês, e Mônica Peregrino e Eveline Algebaile para discutir os problemas brasileiros, e pude concluir que mesmo em um país desenvolvido como a França, onde a educação iniciou muito antes dos demais países subdesenvolvidos, seu sistema educacional sendo referência, existem desigualdades educacionais e sociais que até hoje não foram sanadas. No Brasil as desigualdades são alarmantes. A população mais pobre ainda sofre as consequências destas discriminações sociais e educacionais.

No segundo capítulo analisei as transformações que ocorreram no processo educacional superior brasileiro e sua expansão a partir da década de 1980, a partir dessa reflexão, percebi que também nos espaços de ensino superior brasileiro sua estrutura e expansão constituem-se de maneira desigual. O Brasil carrega esse legado desde o início de sua colonização. Os jovens das classes populares tem sido alvo deste paradigma educacional. Tomei como base os autores João Ferreira de Oliveira, et al, Guiomar de Oliveira Passos, Samara Cristina Silva Pereira, Trigueiro, Schwartzman e Pierre Bourdieu. Assim sendo, através destes autores compreendi que a democracia sobre a educação tem se realizado de maneira elitista, bem como sua prática. Perpetuando-se a lógica que se os indivíduos não conseguem concluir seus estudos devido à pressão imposta pelos estabelecimentos de ensino, o responsável pelo seu fracasso é o próprio ser humano, que não conseguiu adequar-se aos moldes dos setores educacionais.

No terceiro capítulo investiguei os limites e as dificuldades que os educandos oriundos de classe pobre enfrentam enquanto cursam a graduação. A maioria necessitam estudar e

trabalhar, como é complicado cumprir as exigências da universidade, e ter tempo para trabalhar. A maioria dos alunos optou por cursos menos concorridos, ou seja, eles não fazem o curso que eles desejam, mas fazem o curso que melhor condiz com sua realidade. Usei como referência os autores Nadir Zago, Pacheco & Ristoff, Bori & Durham, Bourdieu & Champagne, Silva, Grignon & Gruel, Oliveira, Gouveia, Hasenbalg. A partir destes autores pude refletir e perceber a necessidade de mudança na gestão e política dos estabelecimentos de ensinos superiores, para contemplar de maneira plena os estudantes de pouco poder aquisitivo. As universidades são responsáveis pela produção e disseminação do conhecimento, sendo preciso utilizar ferramentas para avaliar e sugerir caminhos alternativos em prol da população que até hoje sofre com esse tipo de discriminação.

Assim como eu passei por muitas dificuldades e pressões enquanto cursava a graduação, através desta pesquisa pude comprovar que realmente há uma grande seletividade para inserirmos em uma faculdade, principalmente pública e concluirmos.

Contudo, o que se tem visto é a falta de compromisso por parte dos dirigentes com essa problemática. Portanto o sistema educacional precisa ser reestruturado desde as séries iniciais, para que haja continuidade nos estudos, ampliando o acesso e oportunidades aos que até agora não conseguiram ser beneficiados por ela. É preciso rever práticas e comportamentos comprovadamente ineficientes e discriminatórios. Havendo uma profunda necessidade de mudanças nas políticas públicas, principalmente, na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola Pública e pobreza: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil. Tese em doutorado em Educação. Niterói, UFF, 2004.

ALVES_ MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, V. M. (Org.). Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP&A, p. 57-74, 2000.

AQUINO, J.G. O mal estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão. In: Erro e fracasso na escola- Alternativas teórico-práticas. São Paulo: Ed. Summus, p. 91-109, 1997.

AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A.M. Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil: de FHC a Lula. In: AZEVEDO, M.L.N. (Org.). Política Educacional Brasileira. Maringá/PR: EDUEM, p. 67-95, 2005.

BORI, Carolina M; DURHAM, Eunice R. Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?subcat=24>>. Acesso em: 20. Jun. 2005.

BOURDIEU, Pierre; com contribuições de A. Accardo...l et. A Miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: _____. (Orgs.). A Miséria do mundo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. Lei no 9.393/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, Diário Oficial da União, 1996.

BOSSA, N. Fracasso Escolar: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CARVALHO, C.H.A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. Educação & Sociedade, Campinas/SP, v. 27, n. 96, p. 979-1.000, out. 2006.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira. Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

CATANI, A.M.; GILIOLI, R. O PROUNI na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. Linhas Críticas. Brasília, UnB, v. 11, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2005.

CATANI, A.M.; HEY, A.P.; GILIOLI, R. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? Educar em Revista. Curitiba, UFPR, n. 28, p.125- 140, jul.- dez. 2006.

CONSELHO Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer no CP 95/98, aprovado em 2 de dezembro de 1998. Brasília/DF, 1998.

CORDIÈ, A. Os atrasos não existem: Psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto

alegre: Artes médicas, 1996.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, E.M.T. et al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DUBET, François. As desigualdades múltiplas. Publicado posteriormente por. Éditions de L'Aube, França, em 2000.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. Publicado posteriormente por. Éditions de L'Aube, França, em 2000.

FERREIRA, F.H.G. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional in HENRIQUES, R Desigualdade e Pobreza no Brasil. R.J. IPEA, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. Aluno da rede pública foge do vestibular. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 ago. 2002. Cotidiano, p. C3.

GOUVEIA, Aparecida J. Democratização do ensino superior. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 50, n. 122, p. 232-244, out./dez. 1968.

GRIGNON, Claude; GRUEL, Louis. La vie étudiante. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

HASENBALG, Carlos. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Orgs.). Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 147-172, 2003.

IBGE/PNAD. Disponível em: <<http://WWW.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 maio de 2005.

INEP. Censo de educação superior. Brasília: INEP, 2004.

INEP. Censo da Educação Superior 2003. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2005.

INEP. Censo da Educação Superior 2004. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

MARTINS, C. B. Notas sobre o sistema de ensino superior. Revista USP, São Paulo, n. 39, p. 5882, set/nov, 1998.

MOTA, R.; CASSIANO, W. S. ; CHAVES, H. F. Universidade Aberta do Brasil: democratização do acesso ao ensino superior pela rede pública de educação à distância. In: Desafios da educação à distância na formação de professores. Brasília: Secretaria de Educação à Distância, p. 13-26, 2006.

MRECH, L.M. Psicanálise e educação – novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneira, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Os direitos do antivalor - a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, João F. Liberalismo, Educação e Vestibular: movimentos e tendências de seleção para o ingresso no Ensino Superior no Brasil a partir de 1990, Goiânia, MEEB/FE/UFG, 1994 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Reformas educativas no Brasil na década de 90. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Orgs.). Reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, p. 77-94, 2000.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo. I. Educação superior: democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Série Documental. Textos para discussão n. 12), 2004.

_____. _____. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília/DF, MEC/INEP, 2001.

PASSOS, G. de O. Educação superior e reprodução das desigualdades sociais: estudo sobre o acesso à universidade pública. Teresina, 2006a. Projeto de Pesquisa.

_____. A herança Cultural dos alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí: pista para superação de alguns problemas da formação profissional. Teresina, 2006b. Relatório de Pesquisa.

PENIN, S. Cotidiano e escola. – a obra em construção. São Paulo: Cortez, 1989.

PEREGRINO, Mônica. Desigualdades numa escola em mudança: trajetória e embates na escolarização pública de jovens pobres. Niterói, UFF, Rio de Janeiro. 2006.

SCHWARTZMAN, S. O ensino superior: a busca de alternativas. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. O Real, o crescimento e as reformas. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1996. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon>>. Acesso em: jun. 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. Educação & Sociedade, Campinas/SP, v. 27, n. 96, p. 1.021-1.056, out. 2006.

SILVA, Jailson de Souza e. Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

SOUZA, Paulo Renato. Mais igualdade na educação. Folha de S. Paulo. São Paulo, 6 out. 1999.

TELLES, Vera da Silva, Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.

TRIGUEIRO, M. G. S. Reforma universitária e ensino superior no País; o debate recente na comunidade acadêmica. Relatório final de pesquisa. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/reformauniversitariaensinosuperiorpais.pdf>>. Acesso em: nov. 2006.

WILSON, T. C. Relação entre representações sociais de fracasso escolar de professores do ensino fundamental e sua prática docente. 2003. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2003.

WORLDBANK. Brazil: *Higher Education Sector Study*. Report nº19392-BR. Human Development Department. Latin America and the Caribbean Regio. Washington: Worlbank, 30 de jun. 2000.

ZAGO, Nadir; ANJOS, Letícia Merentina dos; ANDRADE, Joelma Marçal de. Seletividade e acesso ao ensino superior público. In: seminário de pesquisa em educação da região Sul, 4. Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPED, 2002.

ZAGO, N.. A condição do estudante: um estudo sobre o acesso ao ensino superior. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, maio – jun, 2005. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br>>. Acesso em: set. 2005.

_____. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: nov. 2006.